

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 — Centro, CEP 35.610-000

LEI 2.555/2014.

Fundo Municipal de Saúde - FMS do Município de Dores do Indaiá/MG.

O Povo do Município de Dores do Indaiá / MG, por seus representantes legais na Câmara Municipal APROVA e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

- Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde FMS do Município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos orçamentários e extra orçamentários destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento da saúde da população, executadas pela Secretaria Municipal de Saúde que compreendem:
- l o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;
- II Atenção Básica Ampliada: Atenção aos Ciclos de Vida (Nascituro, Puerpério, Criança e Adolescente e Idosos); Saúde e Gênero (Saúde do Homem e da Mulher); Saúde Mental; Saúde Bucal; Saúde da Família; Alimentação e Nutrição; Urgência e Emergência; Saúde do Trabalhador.
- III Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Ambiental; Vigilância Sanitária e; Atenção à Pessoa em Situação de Risco e Violência.
- IV Gestão do Sistema Único de Saúde: Planejamento, Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria; Controle Social; Gestão do Trabalho em Saúde; Educação Permanente em Saúde; Intersetorialidade das Ações em Saúde; Redes de Atenção à Saúde; Transporte em Saúde (Garantia de Acesso) e; Financiamento da Saúde;

VI - o estímulo ao exercício físico orientado, como forma de prevenir doenças, controlar e recuperar a saúde.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

> Seção I Da subordinação do fundo



Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 – Centro, CEP 35.610-000

Art. 2º O Fundo Municipal de Saúde - FMS de Dores do Indaiá/MG ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, de Dores do Indaiá/MG, e terá uma Coordenação nomeada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O FMS funcionará na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 3º São atribuições do Prefeito Municipal:

I - nomear o Coordenador do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - assinar cheques juntamente com o Secretário Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

 I - gerir o Fundo Municipal de Saúde - FMS de Dores do Indaiá/MG e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o CMS;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde de Dores do Indaiá/MG;

III - submeter ao CMS o plano de aplicação a cargo do FMS, em consonância com o Plano Municipal de Saúde de Dores do Indaiá/MG e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

 IV - submeter ao CMS as demonstrações mensais de receita e despesa do FMS;

V - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - realizar audiência pública trimestral referente à Prestação de Contas do FMS e das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

VII - subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

YIII - assinar cheques juntamente com o Prefeito Municipal;

VIII – assinar cheques juntamente com o Prefeito Municipal e ou tesoureiro Municipal. (Nova redação dada pela Lei nº 2.720.2017)

IX - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMS;

X - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo FMS.

M



Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 — Centro, CEP 35.610-000

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

- Art. 5º O FMS terá uma Coordenação exercida por funcionário efetivo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, indicado pelo Secretário de Saúde e nomeado pelo Prefeito.
 - Art. 6º São atribuições do Coordenador do FMS:
- I preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde e ao CMS/Gri;
- II manter os controles necessários à execução orçamentária do FMS referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- III manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura
 Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao FMS;
 - IV encaminhar à contabilidade geral do Município e ao CMS:
 - a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- b) trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;
- c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do FMS.
- V firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde e ao CMS/Gri para aprovação do mesmo;
- VII providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do FMS/Gri e apresentar mensalmente ao CMS/Gri:
- VIII apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde e ao CMS/Gri, a análise e a valiação da situação econômico-financeira do FMS/Gri detectada nas demonstrações mencionadas;
- IX manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;
- X encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Saúde os controles mencionados no inciso anterior;
- XI manter o controle e a avaliação da produção das Unidades de Saúde integrantes da Rede Municipal de Saúde;



Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 – Centro, CEP 35.610-000

XII - encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Para a execução de suas atribuições o Coordenador do FMS/Gri deverá se relacionar internamente com os setores da SEMSA/Gri e com os demais órgãos Municipais envolvidos com as ações de saúde, bem como externamente com o órgão Estadual e Federal participante do Sistema Único de Saúde - SUS.

SEÇÃO IV DOS RECURSOS DO FUNDO

Subseção I Dos recursos financeiros

Art. 7º São receitas do FMS:

- I as transferências oriundas do orçamento da União, da Seguridade Social, de Produto de Convênios firmados com pessoas Físicas e Jurídicas, Públicas e Privadas, Nacionais e Internacionais, do Orçamento Estadual, e o mínimo de 15% do Orçamento Próprio Municipal, como decorrência do que dispõe o inciso VII do art. 30 da Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 29/2000;
- II alienações patrimoniais, os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
 - III o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
- IV o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal de Dores do Indaiá/MG, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;
- V as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município de Dores do Indaiá/MG tenha direito a receber, por força de lei e de convênios no setor;
 - VI doações em espécie feitas diretamente para este FMS;
- § 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta, e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.
 - § 2º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:
- a) da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;



24

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 — Centro, CEP 35.610-000

b) de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

§ 3º As liberações de receitas por parte do Município de Dores do Indaiá/MG, em conformidade com os incisos IV e V deste artigo, serão realizadas até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que se efetivaram as respectivas arrecadações.

§4º Os recursos e contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde serão geridos pelo Secretário Municipal ou o Tesoureiro Municipal, mediante determinação por portaria própria. (Incluído pela Lei nº 2.720.2014)

Subseção II Dos ativos do fundo

Art. 8º Constituem ativos do FMS:

- I disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especiais oriundas das receitas especificadas;
 - II direitos que porventura vier a constituir;
- III bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município de Dores do Indaiá/MG;
- IV bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;
- V bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município de Dores do Indaiá/MG.

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMS.

Subseção III Dos passivos do fundo

Art. 9º Constituem passivos do FMS/Gri as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município de Dores do Indaiá/MG, venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

SEÇÃO V DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Subseção I Do orçamento

Art. 10. O orçamento do FMS, evidenciará as Políticas e os Programas de Trabalho Governamentais, observados o Plano Plurianual - PPA, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e os princípios da Universidade e do Equilíbrio.



Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 — Centro, CEP 35.610-000

- § 1º O orçamento do FMS integrará o orçamento do Município de Dores do Indaiá/MG, em obediência ao princípio da unidade.
- § 2º O orçamento do FMS observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Subseção II Da contabilidade

- Art. 11. A contabilidade do FMS tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.
- Art. 12. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de apurar, apropriar, e informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.
- Art. 13. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas possibilitando a interpretação e análise dos resultados obtidos.
- § 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.
- § 2º Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do FMS/Gri e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.
- § 3º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município de Dores do Indaiá/MG.

SEÇÃO VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Subseção I Da despesa

Art. 14. Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, o Secretário Municipal de Saúde aprovará a quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde do Município de Dores do Indaiá/MG.

Parágrafo único. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.



Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 – Centro, CEP 35.610-000

Art. 15. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

- Art. 16. A despesa do FMS se constituirá de:
- I financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela SEMSA ou com ela conveniados;
- II pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º desta lei;
- III pagamento pela prestação de serviços e entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988;
- IV aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- V construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;
- VI desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;
- VII desenvolvimento de Programas de Capacitação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos em saúde e dos Conselheiros de Saúde:
- VIII atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo, quando oriundos de Processo de Municipalização do encargo de saúde do Estado e/ou da União, só poderão ser assumidos pelo FMS ou pela Municipalidade na forma da Lei e condições estabelecida no art. 15 desta lei.

Subseção II Das receitas

Art. 17. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ/MG





Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22 Rua Mestra Angélica, 318 — Centro, CEP 35.610-000

- Art. 18 Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde SUS serão depositados em conta especial e constituirão o FMS.
- § 1º O FMS, será gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, com poderes de ordenador de despesas dos mesmos que o integram e estará sob a responsabilidade do Secretário Municipal da Saúde.
- § 2º O FMS/Gri será constituído, entre outras, pelas seguintes fontes de recursos;
 - I serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde;
 - II ajudas, contribuições, doações e donativos;
 - III alienações patrimoniais e rendimentos de capital;
- IV taxas, multas e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde;
 - V rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais;
 - VI os 15% (quinze por cento), no mínimo, do Orçamento Municipal;
 - VII recursos da Seguridade Social da União;
 - VIII recursos da União:
 - IX recursos de Convênios.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 19. Fica revogada a lei 1.725, de 05 de julho de 1993.
- Art. 20. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá / MG, 07 de abril de 2014.

Ronaldo Antônio Zica da Costa

Prefeito Municipal